

**Políticas ambientais: uma avaliação dos desafios e das perspectivas do município de Ijuí/RS**

**Environmental policies: an assessment of the challenges and perspectives of the municipality of Ijuí / RS**

**Políticas ambientales: una evaluación de los desafíos y perspectivas del municipio de Ijuí / RS**

Recebido: 12/02/2020 | Revisado: 19/02/2020 | Aceito: 12/03/2020 | Publicado: 20/03/2020

**Maria Margarete Baccin Brizolla**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5120-0729>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [marga.brizolla@unijui.edu.br](mailto:marga.brizolla@unijui.edu.br)

**Sérgio Luis Allebrandt**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2590-6226>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [allebr@unijui.edu.br](mailto:allebr@unijui.edu.br)

**Patricia Rodrigues da Silva**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6444-6448>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [silva.pati\\_22@hotmail.com](mailto:silva.pati_22@hotmail.com)

**Patrique Rosa Hedlund**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6729-8970>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [pa.tri.que@hotmail.com](mailto:pa.tri.que@hotmail.com)

**Jocias Maier Zanatta**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9366-6500>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: [josk85@hotmail.com](mailto:josk85@hotmail.com)

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo a análise das políticas ambientais a partir de uma avaliação dos desafios e das perspectivas do município de Ijuí/RS, desta forma, contribuindo para as discussões sobre a admissão da avaliação no ciclo das políticas ambientais em âmbito

municipal, debatendo desafios e expectativas que se apresentam. Neste sentido, é realizado um aparato histórico da evolução da avaliação, proporcionando discussões de conceitos, classificação e maneiras da avaliação e finalmente a avaliação de políticas ambientais, com base nos pressupostos de que instrumentos desenvolvidos para a análise de políticas sociais permitem ser adaptadas para aferir políticas ambientais, e ferramentas da área ambiental além disso podem contribuir para a evolução do campo de estudo. A pesquisa classifica-se em relação aos objetivos como descritiva, em relação aos procedimentos como estudo de caso, teve abordagem qualitativa, e a coleta de dados deu-se através de análise documental e entrevista informal utilizando-se do modelo proposto por Mickwitz (2003). As conclusões demonstram que a demanda na Secretaria Municipal do Meio Ambiente é cada dia mais crescente devido a maior fiscalização e a necessidade de cumprimento da legislação ambiental. Em um primeiro momento, talvez as políticas públicas ambientais sejam tidas apenas como obrigações, mas é importante avaliar critérios relativos a participação da comunidade e dos Conselhos na tomada de decisões e ações relacionadas as políticas públicas no setor de meio ambiente.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Meio ambiente. Poder público.

### **Abstract**

This article aims to analyze environmental policies based on an assessment of the challenges and perspectives of the municipality of Ijuí / RS, thus contributing to the discussions on the admission of evaluation to the environmental policy cycle at the municipal level, debating challenges and expectations that arise. In this sense, a historical apparatus of the evolution of the evaluation is carried out, providing discussions of concepts, classification and ways of evaluation and finally the evaluation of environmental policies, based on the assumptions that instruments developed for the analysis of social policies allow to be adapted to measure environmental policies, and tools in the environmental field can also contribute to the evolution of the field of study. The research is classified in relation to the objectives as descriptive, in relation to the procedures as case study, had a qualitative approach, and the data collection was done through document analysis and informal interview using the model proposed by Mickwitz (2003). The conclusions show that the demand at the Municipal Environment Department is growing every day due to greater inspection and the need to comply with environmental legislation. At first, perhaps public environmental policies are seen only as obligations, but it is important to evaluate criteria related to the participation of

the community and the Councils in decision-making and actions related to public policies in the environment sector.

**Keywords:** Public policy. Environment. Public Power.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar las políticas ambientales basadas en una evaluación de los desafíos y perspectivas del municipio de Ijuí / RS, contribuyendo así a las discusiones sobre la admisión de la evaluación al ciclo de políticas ambientales a nivel municipal, debatiendo desafíos y expectativas que surgen. En este sentido, se lleva a cabo un aparato histórico de la evolución de la evaluación, que brinda discusiones sobre conceptos, clasificación y formas de evaluación y, finalmente, la evaluación de las políticas ambientales, en base a los supuestos que los instrumentos desarrollados para el análisis de las políticas sociales permiten adaptarse a medida. Las políticas ambientales y las herramientas en el campo ambiental también pueden contribuir a la evolución del campo de estudio. La investigación se clasifica en relación con los objetivos como descriptiva, en relación con los procedimientos como estudio de caso, tenía un enfoque cualitativo, y la recopilación de datos se realizó mediante análisis de documentos y entrevistas informales utilizando el modelo propuesto por Mickwitz (2003). Las conclusiones demuestran que la demanda en el Departamento de Medio Ambiente Municipal está creciendo todos los días debido a una mayor inspección y la necesidad de cumplir con la legislación ambiental. Al principio, quizás las políticas ambientales públicas se consideran solo obligaciones, pero es importante evaluar los criterios relacionados con la participación de la comunidad y los Consejos en la toma de decisiones y acciones relacionadas con las políticas públicas en el sector ambiental.

**Palabras clave:** Políticas públicas. Medio ambiente. Poder público.

### **1. Introdução**

Utilizado desde os primórdios para políticas sociais, o arcabouço de performance da avaliação foi se multiplicando para outras extensões da política, abordando também à política ambiental, nos anos 1990. De certa forma esse atraso pode ser imposto ao fato de a política ambiental ser relativamente contemporâneo, entretanto, ao mesmo tempo se deve a propriedades intrínsecas da política ambiental que tornam a análise muito complexa. Neste sentido, essa incorporação duradoura traz o benefício de se poder utilizar as experiências de outras áreas políticas, impedindo de reproduzir os mesmos erros (Assis et al., 2012).

Quando tratamos de políticas ambientais, é admissível considerar como: uma regulação política, responsável pelo desenvolvimento de legislação exclusiva para regulamentar diretrizes e normas de utilização e ascensão ao meio ambiente; política estruturadora, que interfere de maneira direta, por intercessão do poder público ou de instituições não governamentais, no amparo ao meio ambiente; e política indutora, que tem por desígnio influenciar a conduta da sociedade e suas comunidades, sendo esta delineada com a informação de desenvolvimento sustentável (Da Costa Rangel; Aranha; Da Silva, 2015).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, quando trata-se de avaliação de política ambiental especificamente, Mickwitz (2006) ressalta que a avaliação é alicerçada em uma análise sensata do mérito, importância e valor da gestão, produtos e impactos destas políticas, com o intuito de utilização concreta em cenários futuros, seja então, para aprendizado ou progresso da política ou accountability.

Frente ao pressuposto supracitado, o artigo compreender responder a seguinte questão de investigação: Quais os desafios e perspectivas das políticas ambientais no município de Ijuí/RS? Nesse sentido o objetivo da investigação deste artigo é contribuir para as discussões sobre a inserção da avaliação da gestão das políticas ambientais em âmbito municipal, debatendo desafios e perspectivas que se apresentam sob a ótica de seus clientes.

De Oliveira e Bursztynb (2016), o autor buscou com seu estudo mostrar que a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE é uma forma eficaz para a avaliação da Avaliação de Impacto Ambiental - AIA, este que auxilia para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental no processo de desenvolvimento econômico. Desta forma o uso de desta análise se dá em duas etapas inicia-se com o processo AIA com suas principais limitações, e em seguida aborda a AAE, para assim destacar a origem e as vantagens de sua adoção.

De Oliveira & Corona (2008), trazem um estudo sobre a percepção ambiental, que pode-se tornar muito importante como uma ferramenta da educação ambiental e dos órgãos responsáveis pela elaboração das políticas ambientais, este permite compreender como os sujeitos da sociedade adquirem os conhecimentos e são sensibilizados sobre as questões ambientais.

Leme (2010) acredita que um dos gargalos do sistema é a fragilidade institucional dos fóruns destinados a pactos de políticas entre os federados e entre órgãos do governo federal, desta forma isso pode comprometer a gestão ambiental compartilhada. Partindo deste pressuposto um dos principais fatores limitantes abordados pelo trabalho de Leme (2010) está

relacionado aos municípios, que são atores mais frágeis do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), devido aos déficits de capacidade instalada.

Assim é possível perceber, através de uma análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a capacidade dos municípios para lidar com a gestão ambiental local vem sendo ampliada nos últimos anos, assim se propõe iniciativas que visam melhorar os desempenhos da implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Leme, 2010).

Perante a isso, este trabalho se distingue por abranger as esferas municipais utilizando informações angariadas em entrevistas estruturadas com os clientes da secretaria de meio ambiente de um município do interior do Rio Grande do Sul. Seguindo este pensar é realizado um resgate sobre a evolução da avaliação e os debates do conceito, classificação e utilização da avaliação, para enfim se discutir a avaliação de políticas ambientais, com base nos pressupostos de que a avaliação de políticas ambientais realmente estão sendo efetivas para a sociedade contribuindo então para o avanço do campo de estudo.

## **2. Metodologia**

No sentido de atender ao objetivo proposto nesta investigação que é contribuir para as discussões sobre a inserção da avaliação da gestão das políticas ambientais em âmbito municipal, debatendo desafios e perspectivas que se apresentam sob a ótica de seus clientes, a pesquisa classifica-se quanto aos seus objetivos como descritiva, pois este tipo de estudo tem como objetivo a definição das propriedades de uma certa população, fenômeno ou estabelecimento das afinidades entre variáveis. Seguindo esta mesma linha de pensamento Trivinõs (1987), descreve que este método de pesquisa tenha uma cadeia de dados informacionais sobre o que almeja indagar, descrevendo as propriedades dos grupos relevantes, produzir as percepções de qualidades de serviços. Esses tipos de investigações podem ser realizados com base nos procedimentos de estudo de caso.

Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, considerando que a pesquisa foi desenvolvida no âmbito da gestão municipal da cidade de Ijuí\RS. Yin (2001) reforça que um estudo de caso único é uma investigação profunda de um fenômeno dentro de seu contexto, o que não permite generalização para o universo.

Por fim quanto à abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa, este tipo de abordagem é empregada quando um problema ou questão carece de ser explorado; quando é necessário um entendimento detalhado e quando precisamos apreender o contexto e

cenário onde os agentes da pesquisa estão inseridos (Yin, 2001), precisamente o que se espera ao finalizar o presente estudo.

Os instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados foram a análise documental e entrevista informal com questões fechadas e abertas elaboradas a partir do questionário desenvolvido por Mickwitz (2003), que propõe critérios para avaliar instrumentos de políticas ambientais, que compreendem o comprometimento político, visão e liderança; a cultura administrativa e práticas; avaliação e informação como suporte para tomada de decisão; instrumentos políticos e o monitoramento do progresso. Bem como, para a formulação das perguntas foi utilizado a literatura apresentada no referencial teórico, e posteriormente aplicado através de entrevista com o secretário do meio ambiente.

O Quadro 1 apresenta o instrumento de pesquisa utilizado.

**Quadro 1 – Instrumento base de pesquisa**

Critérios gerais	Relevância	As metas cobrem os problemas ambientais-chave?
	Impacto	É possível identificar impactos que são claramente devidos aos instrumentos da política e sua implementação?
	Eficácia	Em que grau os resultados atingidos correspondem às metas pretendidas?
	Persistência	Os efeitos sobre o estado do meio ambiente são duradouros?
	Flexibilidade	Pode o instrumento superar mudanças de cenários?
Critérios econômicos	Eficiência (benefícios)	Os benefícios valem os custos?
	Eficiência (efetividade)	Os resultados justificam os recursos usados?
Critérios relativos à democracia	Legitimidade	Em que grau indivíduos e organizações, como organizações não governamentais, grupos de interesse, empresas, aceitam o instrumento?
	Transparência	Em que grau os produtos e resultados, bem como os processos usados na implementação são acessíveis para o público externo?
	Equidade	Como os resultados e custos são distribuídos? Todos os participantes têm oportunidades iguais de participar e influenciar o processo usado pela administração?

Fonte: Mickwitz (2003).

A seguir, são apresentados conceitos necessários para a compreensão e discussão da temática do estudo: políticas ambientais e avaliação de políticas ambientais.

### 3. Políticas ambientais

Mendes et al. (2010) salienta que as políticas públicas possuem um melhor esboço quando envolvente como aqueles planejamentos e atuações do governo que podem ser desmembradas em processos diretos de produção de serviços pelo oportuno Estado e em processos de regulação que influenciam os cenários econômicos, social, ambiental, espacial e cultural.

Frey (2009) destaca alguns conceitos considerados importantes e fundamentais para a compreensão de políticas públicas também para a estruturação de um processo de pesquisa, que visa a realização de estudos de caso, estes são: policy analysis: policy, politics e polity, policy network, policy arena e policy cycle.

De acordo com os mencionados questionamentos da ciência política, a literatura sobre policy analysis' diferencia três dimensões da política Frey (2009, p. 216):

- A dimensão institucional polity se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- No quadro da dimensão processual politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão material policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A resolução de conflitos e o entendimento quanto a concepção do planejamento ambiental e a utilização de recursos naturais é fundamental para as discussões na temática das políticas ambientais (Hoeffel et al., 2004). É muito importante que a caracterização do meio ambiente seja pesquisada dentro de um mesmo modelo cultural para que de alguma forma possa auxiliar em elaborações de propostas educativas e de políticas ambientais para que sejam auxiliadoras na construção de sociedades sustentáveis (Hoeffel et al., 2004).

A alta modernidade traz riscos socioambientais, os quais abrem possibilidades para um processo pedagógico, desta forma baseia-se em uma forma de entendimento de que o homem

pode optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do plano local e global, para que se possa obter um projeto de sociedade na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social. Partindo deste pressuposto entende-se que a sociedade do futuro, sob a ideia de sustentabilidade, será cada vez mais reflexiva, mais dependente do conhecimento gerado e socializado (De Oliveira & Corona, 2008).

Leme (2010), apresenta que o poder público deve preservar o meio ambiente tanto quanto a coletividade, assim apresentado na Constituição Federal, assim as políticas públicas devem ser construídas em conjunto com a sociedade, para que isso possa se cumprir se estende a presente e as às futuras gerações.

A constituição de 1988, destacou aos municípios a entes federados, que possam ter independência para se auto organizarem, apresentarem seus representantes, e assim elaborarem suas leis para arrecadação de atributos próprios. Desta forma os municípios passam, a responsabilizar-se por uma série de capacidades com relação a várias políticas públicas (Leme, 2010). Ainda nas palavras do autor Leme (2010), os municípios mesmo que de forma compartilhada com outros da federação, passam a ser atores para diversas políticas. Desta forma no artigo 23 da Constituição Federal aponta várias competências comuns com os diferentes organismos da federação. A questão ambiental aparece entre as competências descritas no artigo 23, incisos VI e VII: “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” e “preservar as florestas, a fauna e flora” (Brasil, 1988, p. 18).

#### **4. Avaliação das políticas ambientais**

Considerado um campo relativamente novo, Weiss (1998) chama a atenção para o fato de que a análise e avaliação de políticas tratar-se de um campo muito recente, até mesmo na história dos programas sociais, até porque as primeiras políticas desta área não compreendiam a avaliação. Na contemporaneidade a avaliação se coloca no campo mais extenso do estudo de políticas públicas. Estudar políticas públicas, geralmente, abarca minimizar a complexidade intrínseca ao campo, faz uso de cenários que procuram retratar a realidade de maneira mais acessível e compreensível (Da Costa Rangel; Aranha & Da Silva, 2015).

Neste pensar, Kraft (1996) compreende que política ambiental engloba uma série de atuações governamentais que determina ou tenta produzir resultados sobre a qualidade ambiental ou o uso dos recursos naturais. Quando indagado sobre a avaliação de políticas ambientais, Mickwitz (2003) orienta no sentido de destacar que a história de análises e avaliações de política ambiental é relativamente curta e os seus conceitos enxugados, o autor



destaca ainda a necessidade de levar em conta os conhecimentos adquiridos de outras políticas, no intuito de que conceitos rejeitados há décadas não sejam reinventados e então negativados no contexto das políticas ambientais.

Weiss (1999) conceitua o processo de avaliação como um procedimento que traz informações e generalizações baseado nos subsídios do sistema político. E, frequentemente, demonstra que antigas conjecturas estão na direção errada, abatendo velhos mitos. Ao passar do tempo, os conceitos da avaliação adentram na consciência dos indivíduos e modificam a maneira que as questões são colocadas e as alternativas estruturadas.

Esse emergente interesse na avaliação das políticas ambientais é apresentado por Lehtonen (2005), que os separou em duas categorias distintas: 1) a movimentação em direção a uma gestão pública com maior transparente, o acréscimo da influência dos experts na política e gestão, o aumento da utilização da gestão de projetos, as pressões em busca da redução do gasto público, no que se concordou em chamar Nova Gestão Pública, e b) a procura de novas ferramentas para trabalhar com a complexidade, improbabilidade e pluralidade de valores, acarretados pela situação crítica do conceito de desenvolvimento sustentável.

Promover essa avaliação em políticas ambientais pode ser considerada uma grande empreitada, uma vez que, corrobora para isso a dificuldade em obter condições para selecionar as amostras sem influências externas, isolando questões externas às intervenções (fatores de confusão), nos projetos de grande escala, o que comumente é o caso dos programas ambientais, que possuem como favorecidos não um grupo social exclusivo mas toda a população do município, estado, país ou até em nível global como um todo, como, exemplo disso, a abolição dos poluentes orgânicos constantes, o amparo da camada de ozônio e a política de modificações climáticas (Da Costa Rangel; Aranha & Da Silva, 2015).

Perante esta visão encontra-se a necessidade de uma transformação de paradigma. Onde as situações das avaliações constituam fatos notáveis exclusivamente como um procedimento de fiscalização, o que dificulta que elas estejam visíveis como aliadas no processo de gerenciamento e de tomada de decisão (Mokate, 2002).

## **5. Resultados apontados no estudo**

A entrevista foi realizada no dia 06 de setembro de 2019 com o Secretário Municipal do Meio Ambiente do município de Ijuí/RS, o qual está a pouco mais de 1 ano no exercício do cargo, tem como formação Bacharelado em Direito e anteriormente atuava como

advogado. Houve uma conversa informal sobre alguns aspectos que se referem ao andamento das diversas atividades desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente do município estudado. O município de Ijuí localiza-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul com população estimada de 83.475 mil habitantes (Ibge, 2019).

Um dos temas abordados foi em relação ao Secretário e sua experiência em na atuação com políticas públicas ambientais. Como o profissional já atuava como Assessor Jurídico do município, ele já possuía prévio conhecimento das questões abordadas na Secretaria, pois trabalhou nesse período com questões ambientais em assuntos que necessitaram de sua análise. Devido a amplitude das questões ambientais, a Secretaria possui profissionais de diversas naturezas como Biólogos, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Químico, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Civil que atua com serviços de Geologia. Diante disso, pode-se observar que o conhecimento dentro da Secretaria é multifacetado e dividido nas várias frentes de formação dos profissionais que nela atuam. Desse modo, a formação jurídica do Secretário vem de forma agregadora ao andamento dos processos desenvolvidos dentro do departamento que também contempla questões jurídicas a partir da legislação municipal e ambiental.

Dando continuidade à entrevista, ao ser questionado sobre a relevância das políticas públicas ambientais e se as metas cobrem os problemas ambientais-chave, o Secretário relata que no município os problemas ambientais são tratados diariamente. Salienta que para abordagem dos problemas ambientais, é necessário estudo e pesquisa pois existem problemas que se confunde com ambientais, como por exemplo os problemas de saneamento básico. Esse exemplo demonstra a necessidade de um estudo específico pois é necessário compreender o que é saneamento básico, já que este possui quatro eixos: a água, o esgoto, os resíduos dos mais diversos que são das construções civis e por último os resíduos das residências que têm políticas reversas.

Para demonstrar qual a atuação básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Secretário aponta que esta não é uma área operacional, ela não realiza “coisas”, ela basicamente fiscaliza e faz o licenciamento das atividades. Além disso, cobra os que estão realizando as obras e fiscaliza os procedimentos errados e a proteção ambiental, como uma das mais importantes de suas ações. Desta forma as metas que são definidas pela Secretaria sobre os principais problemas do município, são definidas a curto, médio e longo prazo, e são discutidas pela comunidade em assembleias públicas.

As metas da Secretaria procuram suprir a necessidades da sociedade, entretanto é necessário otimizar seus resultados através dos recursos disponibilizados pelo município.

Diante disso, o Secretário afirma que o departamento cumpre suas metas mas para isso precisa identificar constantemente o que é de sua competência e o que a comunidade acredita ser de responsabilidade da Secretaria. Afirma ainda que, atualmente, as demandas estão aumentando e os profissionais nem sempre conseguem dar conta de novas diligências, no entanto, a fiscalização e licenciamento, que são funções básicas, sempre são cumpridas.

Referente ao impacto das políticas públicas ambientais, o Secretário afirma que é possível identificar impactos que são claramente devidos aos instrumentos da política e sua implementação. Desta forma o Secretário relata que os impactos são positivos, um exemplo é a política pública de saneamento de negócios que tem uma previsão de universalização do saneamento básico, com a coleta e tratamento do esgoto. Algumas ações, como a recuperação dos arroios que passam dentro do município inclui também o georreferenciamento. São ações que tem início de maneira tímida, mas que tem seu efeito duradouro para toda comunidade.

Referindo-se a preservação, os efeitos sobre o meio ambiente são duradouros, o Secretário salienta que existem áreas de preservação ambiental o que caracteriza uma área preservação basicamente e essas necessitam de um cuidado permanente também pela fiscalização do município. Essas áreas são caracterizadas de três maneiras, a assistência de um curso d'água, a existência de uma nascente ou então a decorrência de uma um problema da declividade do terreno sugere-se uma a área de preservação, assim essa ideia e se soma às questões de preservação. O intuito de preservar os entornos das nascentes, melhora a qualidade e preserva a água basicamente com relação a segurança na qualidade de vida das pessoas.

Um dos questionamentos ao Secretário foi sobre os benefícios das políticas públicas e os custos em termos monetários. Ele salienta que todo o investimento em políticas públicas, seja ambiental ou em saneamento possuem resultados, embora não serão imediatos podem ser percebidos a curto prazo. Fatores relevantes como a melhor qualidade de vida, melhoria no ambiente tornando-o mais humanizado, apresentando melhorias para toda comunidade.

Quanto a proposta de uma nova política pública relacionada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a participação de organizações e comunidade, o Secretário relata que possuem várias formas de implementação, uma delas é por assembleia onde a sociedade está presente, e outras passam direto pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, onde passa por uma análise por todos os componentes o qual é composto por 15 instituições, nesse conselho são avaliadas ações que são mais pontuais e não vai refletir diretamente no bolso, decidido por esse conselho e outras são feitos se necessário até audiências públicas.

A partir de propostas já implementadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, questionou-se em que grau os produtos e resultados, bem como os processos usados na implementação são acessíveis para o público externo. O Secretário afirmou que o município tem um departamento que está fazendo saneamento, tem algumas coisas que é competência da secretaria. As atividades da Secretaria são desenvolvidas conforme um organograma que consiste na coleta e destinação de resíduos, descarte de eletrônicos, coleta de vidros e pilhas (cerca de 170 pontos de coletas), porém, a comunidade apresenta descontentamento. O ideal seria um trabalho mais forte com a divulgação de ações e dos resultados já alcançados.

Outro ponto questionado é a arborização, a comunidade não entende a diferença de árvores exóticas e árvores nativas, o que acaba causando uma série de desconfortos, visto que, para a retirada de uma árvore é necessário fazer uma série de estudos, no entanto a sociedade não quer esperar, apenas impõem a possibilidade de retirada ou não dessa árvore.

Uma das questões retratadas de como os resultados e custos são distribuídos, se todos os participantes têm oportunidades iguais de participar e influenciar o processo usado pela administração, o Secretário afirma que os custos são distribuídos em todos que fazem uso do serviço, por exemplo a taxa de lixo é dividida entre os cidadãos que residem no município.

Ainda quanto a distribuição dos custos, os quais possuem os gastos individuais e os coletivos, bem como, o plano de saneamento toda a comunidade tem acesso e pode participar ativamente. No último ano, 60 assembleias públicas foram realizadas em todos os bairros onde são discutidas questões de saneamento de água, esgoto, lixo, canalização tudo compreende nesse plano. De acordo com as políticas públicas, foi questionado se possuem algum indicador de desempenho ambiental referente ao consumo de água, consumo de energia, custos de telefonia, resíduos gerados, etc., o Secretário afirma que o acesso aos indicadores pode ser obtido através do sistema, porém no que diz respeito a energia pertence a outro setor.

Desta forma o entendimento sobre as políticas públicas ambientais, possuem um grau de importância para o município pois buscam sempre a melhoria das condições de vida das pessoas bem como a preservação do meio ambiente.

De Oliveira & Corona (2008) trazem a educação ambiental tendo conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao meio ambiente isso será capaz de buscar propostas que venham a atingir grande parte da sociedade, desta forma buscando provocar mudanças mais efetivas que possam contribuir para a sustentabilidade socioambiental.

## **6. Conclusão**

O presente estudo visa uma análise das políticas ambientais a partir de uma avaliação dos desafios e das perspectivas do município de Ijuí/RS. Inicialmente foi realizada uma abordagem a partir de revisão bibliográfica para que fosse elucidado com maior nitidez sobre o assunto tratado. Para esse estudo foi utilizada uma entrevista informal com o Secretário Municipal do Meio Ambiente em que foram questionados fatores relevantes sobre políticas públicas ambientais seguindo o modelo desenvolvido por Mickwitz (2003).

As dificuldades relatadas pelo Secretário são comuns aos municípios e não são fatores de impedimento para que o trabalho da Secretaria seja desempenhado de forma íntegra. A demanda municipal nesse departamento vem crescendo gradativamente tendo em vista a necessidade do cumprimento da legislação e a necessidade de fiscalização por parte do ente público. Atualmente o cidadão tem maior conhecimento sobre quais são suas obrigações e direitos, desse modo o aumento da demanda de procura pela Secretaria é uma tendência não só no município estudado, mas também de forma ampla federal. Os canais de denúncia de infrações ambientais também aumentam cada vez mais a necessidade de servidores técnicos que possam realizar a fiscalização a partir de denúncias.

A participação da comunidade nas assembleias promovidas pelo poder público torna os processos cada vez mais transparentes e participativos. Desse modo, as ações do Município estão de acordo com o entendimento e aceite da população, quando esta se mantém participativa e presente quando convocada. A participação dos conselhos também é de grande importância, tendo em vista que a partir dele pode ser incorporada a avaliação de diferentes atores com objetivos distintos, refletindo todos os pontos de vista da sociedade nas decisões.

Outro fator relevante é o acesso dos dados e indicadores para população como um todo, o que permite entender a atual situação do município referente as ações que envolvem o setor ambiental. A transparência de informações possibilita conteúdo para tomada de decisões, para criação de novas políticas ambientais, reformulação de políticas existentes e ações que sejam necessárias para melhoria de fatores que são considerados como preocupantes. Além dessas informações subsidiar estudos acadêmicos e proporcionar avanço em pesquisa que pode ser utilizada para melhoria da gestão pública.

A preocupação do poder público em fazer a fiscalização e os licenciamentos necessários no município e além disso promover outras ações que são de interesse público e proporcionam melhoria da qualidade de vida da população a curto, médio e longo prazo deve ser valorado pois na gestão pública obras dessa natureza não trazem prestígio político, no entanto, são extremamente necessárias para o desenvolvimento municipal responsável.

## Referências

Assis, M. P. D., Malheiros, T. F., Fernandes, V., & Philippi Jr, A. (2012). Avaliação de políticas ambientais: desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, 21, 7-20.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial.

da Costa Rangel, A. C. L., Aranha, K. C., & da Silva, M. C. B. C. (2015). Os telhados verdes nas políticas ambientais como medida indutora para a sustentabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35.

de Oliveira, K. A., & Corona, H. M. P. (2011). A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. *Revista Científica ANAP Brasil*, 1(1).

Frey, K. (2009). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, (21).

Hoeffel, J. L., Sorrentino, M., & Machado, M. K. (2004). Concepções sobre a natureza e sustentabilidade: um estudo sobre percepção ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Atibainha–Nazaré Paulista/SP. Anais. *II ENCONTRO DA ANPPAS*, 26.

Kraft, M. E. *Environmental policy and politics- towards the twenty-first century*. (1996). New York: Harper College Publishers.

Leme, T. N. (2010). Os municípios e a política nacional do meio ambiente. *Planejamento e políticas públicas*, 2(35).

Lehtonen, M. (2005). OECD environmental performance review programme: accountability (f) or learning?. *Evaluation*, 11(2), 169-188.

Mendes, A. M. C. P., Souza-Lima, J. E., Hammerschmidt, K. S. D. A., Lourenço, M. S., & Guaragni, M. V. (2010). Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado

brasileiro. SILVA; CL; SOUZA-LIMA, JE (Orgs.). *Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 3-34.

Mickwitz, P. (2006). *Environmental policy evaluation: Concepts and practice*. Suomen Tiedeseura.

\_\_\_\_\_. (2003). A framework for evaluating environmental policy instruments: context and key concepts. *Evaluation*, 9(4), 415-436.

Mokate, K. M. (2002). Convertendo o “monstro” em aliado: a avaliação como ferramenta da gerencia social. *Revista do Serviço Público*, 53(1), 89-134.

de Oliveiraa, A. A., & Bursztynb, M. (2016). Avaliação de impacto ambiental de políticas públicas. *Interações* (Campo Grande), 2(3).

Schneider, E. (2000). *Gestão ambiental municipal: preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável*. Centro Universitário UNIVATES.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 11. ed. São Paulo: Atlas.

Weiss, C. H. (1998). *Evaluation*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall. White, H. 1980. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica*, 48, 817.

Weiss, C. H. (1999). The interface between evaluation and public policy. *Evaluation*, 5(4), 468-486.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (4ª Ed.). Porto Alegre: Bookman.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Maria Margarete Baccin Brizolla– 20%

Sérgio Luis Allebrandt– 20%

Patricia Rodrigues da Silva – 20%

Patrique Rosa Hedlund – 20%

Jocias Maier Zanatta – 20%